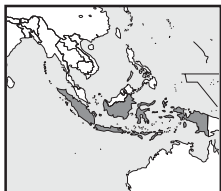


Por uma definição plural de pobreza



Programa de Empoderamento das Famílias Chefiadas por Mulheres (Pekka)

Nani Zulminarni²

Em 2004, a população da Indonésia era estimada em 210 milhões de pessoas, a metade delas constituída de mulheres. Calcula-se que 55,6% vivem em áreas rurais e 65,6% estão na faixa etária produtiva (15–64 anos de idade). Dados oficiais revelam que a renda *per capita* média anual é US\$ 621 e que 18,4% dos indonésios e indonésias vivem abaixo da linha de pobreza, com menos de US\$ 1 por dia. No entanto, o bem-estar da população também pode ser medido pelos gastos mensais com necessidades básicas. Segundo esse critério, os gastos médios mensais de mais de 49% da população são inferiores a 200 mil rupias indonésias (US\$ 21) – ou seja, menos de US\$ 1 por dia. Isso indicaria a existência de um número maior de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza do que o registrado pelos dados oficiais.

Estatísticas de 1993 mostram níveis de pobreza muito inferiores, com somente 4,3% das famílias, ou 10% da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Esses dados parecem confirmados pelo Informe de 2004 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) classifica a Indonésia na 111ª posição entre 177 países (em 2001, ocupava a posição 112ª entre 175 países).

Alguns indicadores revelam que as mulheres estão em situação pior do que os homens. A taxa de mortalidade materna é ainda alta, de 373 para cada 100 mil crianças nascidas vivas, enquanto a taxa de mortalidade infantil é 40 para cada mil crianças nascidas vivas. A educação é outro indicador revelador, pois mostra que o número de mulheres analfabetas ou com pouca educação é duas vezes maior do que o dos homens. Dados de 2002 estimam que 12,79% das mulheres e 5,85% dos homens não sabem ler nem escrever.

Os programas de redução da pobreza devem levar em conta as disparidades regionais e incluir metodologias e estratégias sensíveis ao gênero, assim como permitir a participação e a contribuição das organizações civis das mulheres. Além disso, o governo precisa implementar medidas específicas para cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDMs) e aplicar mecanismos que busquem reduzir a corrupção e a burocracia.¹

Entretanto, a contribuição das mulheres para a economia não pode ser ignorada. Cerca de 33,5% realizam trabalho não-remunerado para assegurar a sobrevivência de suas famílias e três vezes mais mulheres do que homens trabalham no exterior, em países como Arábia Saudita, Malásia, Cingapura, Brunei e Coréia do Sul, e em Hong Kong. Essas trabalhadoras migrantes não recebem praticamente nenhuma proteção do país hospedeiro ou do governo indonésio durante seu período no exterior e todos os anos são relatados casos de violência contra elas.

Outro fenômeno na Indonésia é o número crescente de mulheres chefiando famílias, incluindo viúvas e solteiras. Dados de 1993 mostravam que 10% das famílias eram chefiadas por mulheres. Em 2003, esse percentual havia crescido para 13,19%, embora o número real pudesse ser mais alto do que a estimativa oficial. Conflitos permanentes em algumas regiões do país e pobreza extrema em outras (na Indonésia Oriental) causaram a migração dos homens em busca de uma vida melhor. Com frequência, os homens deixam para trás suas mulheres. As famílias chefiadas por mulheres são em geral relativamente mais pobres, se comparadas com aquelas chefiadas por homens. Estatísticas de 1999 em diante mostram que o número de famílias chefiadas por mulheres vivendo abaixo da linha de pobreza está aumentando, ao passo que diminui entre aquelas chefiadas por homens.

A renda média diária das famílias chefiadas por mulheres está em torno de 7 mil rupias indonésias (US\$ 0,73). Elas têm, em média, três dependentes e muitas vivem em áreas rurais e remotas. O nível educacional das pessoas dessas famílias é muito baixo. Mais da metade tem somente educação primária. Seus membros trabalham principalmente nos setores informal, como pequenos(as) comerciantes, trabalhadores(as) diaristas em pequenas plantações de arroz ou como pequenos(as) agricultores(as).³

Esforços ineficazes para reduzir pobreza

Nos últimos dez anos, houve muitas estratégias de redução da pobreza, programas e atividades realizadas por meio de vários projetos de alívio da pobreza desenvolvidos pelo governo e por ONGs. Entre os exemplos, estão incluídos o Projeto Presidencial de Aldeias Subdesenvolvidas, criado pelo regime da Nova Ordem,^{NT} assim como projetos de geração de renda organizados por ONGs. Um programa emergencial para pessoas pobres, similar às redes de proteção social, foi também desenvolvido antes da crise econômica de 1997, juntamente com o Programa de Recuperação Comunitária estabelecido pelo governo. Apesar do aumento da renda das famílias pobres e da satisfação das necessidades básicas durante o período do projeto, não foi notado um impacto mais amplo na eliminação da pobreza.

As ONGs desenvolveram vários programas de empoderamento comunitário para organizar homens e mulheres e formar redes de pessoas pobres, tais como o Consórcio de Pobres Urbanos, a Rede de Mulheres de Pequenas Empresas, a Associação de Agricultores Indonésios, a Associação de Trabalhadores Indonésios e a Organização de Mulheres Chefes de Família. Embora essas tentativas tenham aumentado a conscientização e permitido que as pessoas defendessem seus direitos, não foram capazes de produzir grandes mudanças ou de reduzir a pobreza.

O último esforço governamental foi desenvolver o Plano Estratégico de Redução da Pobreza (Perp), como diretriz para eliminar a pobreza na Indonésia, cumprindo exigências de instituições doadoras. Entretanto, o conceito do Perp ainda ignora a questão de gênero, e o envolvimento de grupos de mulheres na revisão do plano, no sentido de incluir uma perspectiva de gênero, encontrou forte resistência de parte da equipe de trabalho, dominada por homens. Além disso, o governo também assumiu o compromisso de implementar as MDMs, para complementar suas obrigações

1 Este relatório adota os últimos dados da Pesquisa Socioeconômica Nacional realizada em 2002 e dados do relatório de 2000.

2 Coordenadora nacional do Pekka.

3 Dados obtidos pelo Pekka em 200 aldeias em 2003.

NT Governo do general Suharto.

internacionais. As MDMs focalizam o tema da pobreza e aspectos a ela relacionados. No entanto, as medidas estratégicas para transformar as MDMs em políticas públicas concretas ainda não se tornaram claras, e a opinião pública sequer tem conhecimento da existência dessas metas.

No marco de um mundo injusto

Há muitos fatores interligados que explicam a situação da Indonésia.

Políticas socioeconômicas centralizadas e insensíveis ao gênero

Os dados nacionais nem sempre refletem a situação regional e local da população, pois a Indonésia é um arquipélago com grandes diferenças de uma região para outra. Uma política de desenvolvimento muito centralizada e injusta, focalizada somente nas áreas próximas à capital, tem levado a que algumas áreas permaneçam menos desenvolvidas do que outras, especialmente na parte oriental do país. A proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza é muito maior nessas áreas do que o indicado pelos dados nacionais. Portanto, essas informações não podem ser usadas para retratar a condição real de todas as áreas, nem para desenvolver uma estratégia nacional de redução da pobreza.

A discriminação entre os gêneros não é compreendida nem levada em conta pelos formuladores de políticas públicas. Isso é ilustrado pela atenção mínima dada aos problemas de recursos sociais e humanos que afetam o desenvolvimento, tais como saúde e educação, duas áreas problemáticas para as mulheres. A alocação orçamentária para os dois programas é inferior a 5% do PIB.

Além disso, a política macroeconômica focalizada no aumento da taxa de crescimento econômico pela industrialização, por salários baixos, pela exploração dos recursos naturais e pela estabilidade política tem ignorado os impactos negativos do desenvolvimento econômico. A migração dos homens para as cidades deixa as mulheres com uma sobrecarga duplicada, pois precisam trabalhar por salários baixos e ainda enfrentar as tarefas de chefe de família.

O papel reprodutivo das mulheres é visto como obstáculo à sua atuação no setor produtivo. As mulheres também precisam lutar para provar que suas qualificações são iguais às dos homens na economia e na política. Isso está refletido na baixa presença das mulheres em empregos de alto valor econômico e nos processos decisórios em diferentes níveis.

Burocracia e corrupção no governo

O principal problema de muitos dos programas de desenvolvimento implementados, incluindo os

programas de redução da pobreza, é a dispersão dos recursos antes que atinjam as pessoas pobres. Um sistema burocrático ineficiente e a corrupção em todos os níveis é parte integrante do sistema. Como consequência, as pessoas pobres não são beneficiadas por muitos dos programas de desenvolvimento, e a distância destas para as ricas continua a crescer.

Uma ideologia patriarcal dominante

A ideologia patriarcal predominante leva as mulheres a terem baixa autonomia pessoal e pouco poder social na sua vida cotidiana. A autonomia das mulheres se refere à autoridade que têm sobre si próprias em comparação com os homens, enquanto o poder social é a autoridade que possuem (ou não) sobre as outras pessoas da família, assim como na sociedade. Vários indicadores mostram que as mulheres pobres não têm nenhuma autonomia ou poder social. Quando o trabalho é distribuído em função do gênero e o papel primário da mulher é na família, ela é duplamente sobrecarregada ao ser forçada a trabalhar fora de casa para superar a pobreza da família. Além disso, os baixos níveis educacionais resultam na pequena participação das mulheres nos processos decisórios, tanto na família como na sociedade.

Conflitos em curso

O conflito que atingiu a Indonésia em 1998 resultou num país em situação de pobreza crônica, com muitas pessoas perdendo seus meios de subsistência ou tendo de interromper seus estudos. Outras pessoas terminaram em campos de refugiados(as), e a morte de muitos homens significou que mulheres tiveram de assumir a chefia da família em condições muito duras. As atividades econômicas ficaram paralisadas e o sentimento de segurança se perdeu, prejudicando principalmente mulheres e crianças.

Desastres naturais

A Indonésia está situada num continente muito frágil, com alto potencial de grandes desastres naturais, como *tsunamis*, terremotos, erupções vulcânicas e tufoes. A ausência de sistemas de alerta tem causado mortes e perda de propriedade para muitas pessoas. Por exemplo, o terremoto seguido de um *tsunami* que atingiu a parte norte da ilha de Sumatra no fim de 2004 matou centenas de milhares de pessoas e transformou outras centenas de milhares em deslocadas. O *tsunami* causou uma devastação completa em algumas áreas e são necessários muitos recursos para a reconstrução. Além disso, uma longa estação seca, causada por mudanças climáticas, fez com que agricultores(as), especialmente na parte oriental do país, perdessem suas fontes de produção. E trouxe a fome.

Dependência dos países doadores e das instituições financeiras internacionais

Com uma dívida total de US\$ 144 bilhões, a Indonésia é um dos países mais endividados do mundo. Quase a metade do orçamento nacional é absorvida pelos pagamentos de juros da dívida. Em consequência, o governo indonésio depende muito dos países doadores e não tem independência para desenvolver suas políticas sociais.

Sob pressão dos doadores, o governo adotou os programas de ajuste estrutural para integrar suas políticas ao sistema de mercado e à economia global. Isso ocorreu em detrimento dos direitos sociais das pessoas, que, entre outras perdas, tiveram sacrificado seu acesso a serviços de saúde. A dependência da Indonésia dos empréstimos estrangeiros também causou sofrimentos econômicos. O país teve dificuldade de se recuperar da crise econômica que atingiu a região asiática em 1997. O crescimento econômico atingiu seu ponto mais baixo em 1998, e a taxa de câmbio da rupia em relação ao dólar dos Estados Unidos ficou abaixo de 25%.

O impacto da globalização

Como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Indonésia está presa à economia globalizada, e isso é muito prejudicial ao país. Sua posição e seu *status* desiguais, se comparados aos dos países desenvolvidos, põem a economia nacional sob o controle de agentes econômicos globais, como as corporações multinacionais. Isso pode ser observado pelo acelerado crescimento dos hipermercados, o rápido fluxo de produtos importados e pela criação de zonas de livre comércio e de zonas industriais livres em várias regiões. A presença dos agentes econômicos globais no mercado local tem causado a falência das pequenas empresas e microempresas, que davam emprego a muitas mulheres e pessoas pobres.

A abertura para o mercado global também tem causado a privatização de serviços sociais, como educação e saúde, mesmo quando são de responsabilidade do governo. Isso tem criado uma distância ainda maior entre pessoas ricas e pobres. Outro efeito da globalização é o aumento da exploração das mulheres, como trabalhadoras do sexo. Pobres e muito jovens, elas são enganadas com promessas de um futuro melhor e recrutadas pelo tráfico sexual para trabalhar como “acompanhantes” de trabalhadores em regiões industriais e em outros países.

Para avançar

Nas circunstâncias atuais, não existe uma maneira única de eliminar a pobreza e a injustiça. Estratégias múltiplas em níveis diferentes precisam ser

desenvolvidas e aplicadas, assim como várias organizações e países precisam ser envolvidos.

- Em termos econômicos, a pobreza está ligada a problemas de renda. No entanto, é preciso aplicar uma definição plural de pobreza, pois o conceito baseado na renda não pode explicá-la plenamente, especialmente nas áreas rurais, onde as pessoas são pobres em termos materiais e estão debilitadas fisicamente, isoladas, vulneráveis e indefesas.
- Metodologias, estratégias e abordagens baseadas no gênero devem ser aplicadas para desenvolver os programas de redução da pobreza. O marco de referência e a Declaração de Pequim continuam válidos e relevantes, devendo ser utilizados como diretriz no desenvolvimento de uma política nacional de redução da pobreza.
- É preciso ter enfoques descentralizados nas políticas e estratégias de desenvolvimento, para enfrentar melhor as particularidades regionais. Deve-se dar atenção especial às áreas de conflito, regiões remotas e isoladas, assim como às áreas menos desenvolvidas.
- Um sistema de governo transparente deve ser promovido e desenvolvido, por meio da aplicação das leis contra a corrupção, levando a julgamento todos os casos e punindo os(as) culpados(as).
- Todas as leis, regulamentos e práticas administrativas devem ser revistos, para assegurar direitos e acesso iguais aos recursos econômicos às pessoas pobres, especialmente as mulheres. A abordagem baseada nos direitos, no marco de "justiça para todos e todas", precisa ser integrada a todas as leis, às políticas públicas e aos regulamentos.
- Devem ser construídas alianças com pessoas de diferentes níveis, para melhorar seus meios de subsistência, sua capacidade de liderança e a habilidade para defender seus direitos.
- Precisam ser desenvolvidas forças regionais e internacionais para combater a globalização econômica e o domínio das corporações multinacionais e pressionar contra a introdução das políticas da OMC que prejudicam os países pobres.
- É necessário fortalecer a cooperação entre os países pequenos e pobres, tanto em nível de governos como no plano das sociedades civis, para diminuir o domínio das superpotências e também para pressionar instituições e países doadores pela redução da dívida. ■